

Relator propõe mandato presidencial de quatro anos



Fogaça (o relator), Cabral, Jobim, Egídio, Reale Jr e Pimenta da Veiga (da esq. para a dir.) saem da casa de Ulysses depois de discutir a proposta de quatro anos

Da Sucursal de Brasília

A fixação do mandato do presidente José Sarney em quatro anos e a instituição de um sistema "neo-parlamentarista" de governo são os itens mais importantes dos relatórios que as subcomissões do Congresso constituinte apresentaram ontem. Pelo projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, o novo sistema de governo terá um presidente eleito diretamente e um primeiro-ministro, indicado pelo presidente, que comandará o gabinete de ministros.

Os relatórios de ontem e os que serão apresentados hoje, porém, não são definitivos. Os relatórios serão, agora, submetidos aos membros das respectivas subcomissões. Estes darão um parecer (contrário ou favorável) e votarão o projeto. Aprovado, o projeto irá para a Comissão de Sistematização, que compatibilizará as propostas de todas as subcomissões. Finalmente, as propostas poderão ser alteradas em plenário, mesmo que aprovadas pela Comissão de Sistematização. Esse processo consumirá todo o ano. Mas os projetos apresentados ontem e os que serão apresentados hoje são o primeiro arcabouço da nova Constituição.

As propostas vão desde o atendimento de reivindicações setoriais, como a criação de seis

novos Estados, proposta pelo relator da subcomissão dos Estados, Siqueira Campos (PDC-GO), até a que decreta posse automática pela União de todas as áreas consideradas de interesse para a reforma agrária, como diz projeto do relator da subcomissão de Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

Os projetos contemplam uma grande preocupação com os aspectos sociais e revelam uma tendência estatizante. Está no primeiro caso, a proposta do senador João Calmon (PMDB-ES), de relator da subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, de aumentar de 13 para 18% o percentual do orçamento da União para Educação. Está no segundo caso a tese defendida pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), relatora da subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, definindo o mercado como "patrimônio da Nação". Por esta tese, a reserva de mercado para informática poderia ser estendida a qualquer área da economia.

Há propostas de fácil viabilização, como a que garante direitos iguais para filhos nascidos dentro ou fora do casamento, defendida pelo deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), relator da subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, e outras declaradamente "experimentais". Está neste último caso, a criação de "conciliadores" e "árbitros" eleitos diretamente pela população para apreciar pequenos casos judiciais, defendida pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), relator da subcomissão do Poder Judiciário.

Soberania e Direitos do Homem

Relator cria a figura de "ato revogatório"

O "ato revogatório" —revogação do mandato parlamentar pelos eleitores— é a mais controversa das propostas a ser apresentada hoje à Subcomissão de Direitos Coletivos, Direitos Políticos e Garantias pelo relator, deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), 60. O direito de voto e elegibilidade de todos os militares é outra proposta polêmica do relatório.

A tese da obrigatoriedade do pagamento de imposto de renda por parlamentares, militares e magistrados também deverá provocar acirrados debates. Todo investimento em exploração ou pesquisa de minerais estratégicos (urânio, por exemplo) e "tecnologias de ponta" serão submetidos à aprovação do Congres-

so Nacional, segundo propõe o relatório do deputado.

Nacionalidade

O deputado João Herrmann Neto, (PMDB-SP), 41, relator da Subcomissão de Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais, apresentou ontem uma proposta com 37 artigos, um dos quais, no capítulo das disposições transitórias, permite a concessão da nacionalidade brasileira a todos os estrangeiros que se encontram irregularmente no país.

Garantias individuais

O relatório de Herrmann propõe ainda que o Congresso Nacional

decida sobre os contratos de captação de recursos externos pela União, Estados e municípios.

A prisão perpétua para crimes de estupro e sequestro seguido de morte é a polêmica proposta do relatório apresentado ontem pelo relator da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, deputado Darcy Pozza (PDS-RS), 48.

Ele também sugere que os crimes de tortura e tráfico de tóxicos sejam inafiançáveis e imprescritíveis. O "mandado de injunção" é uma inovação jurídica proposta por Pozza para garantir ao indivíduo o cumprimento de dispositivo constitucional não regulamentado por lei ordinária.

Sistema de Governo

Proposto regime "neo parlamentarista"

O relatório que o senador José Fogaça (PMDB-RS), 40, apresentou ontem, como relator da Subcomissão do Poder Executivo, propõe um mandato de quatro para o presidente José Sarney e para os futuros presidentes da República, que serão eleitos diretamente. O relatório propõe ainda a adoção de um regime "neo parlamentarista" no Brasil, com a criação da figura do primeiro-ministro, a possibilidade do voto de desconfiança do Congresso Nacional e da dissolução da Câmara e do Senado pelo presidente da República.

Por seu projeto, o presidente será figura ainda mais forte que o primeiro-ministro, tendo o poder de propor e vetar leis e escolher o primeiro-mi-

nistro. Na sua proposta, Fogaça criou as figuras da moção de desconfiança e da moção reprobatória por parte do Congresso Nacional.

Legislativo

Na Subcomissão do Poder Legislativo, o deputado José Jorge (PFL-PE), 42, no relatório que apresentará hoje aos membros da subcomissão, propõe que o Congresso Nacional volte a ter peso na elaboração do orçamento da União, hoje de total responsabilidade do Poder Executivo. O relator sugere ainda o que ele chama de "descentralização do Congresso". Por essa proposta, certos projetos passariam a ser apreciados

e aprovados diretamente pelas respectivas comissões técnicas do Congresso Nacional, constituídas pelos parlamentares.

Judiciário

O relator da Subcomissão do Poder Judiciário, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), 56, incluiu, como principal ponto do relatório que apresentou ontem aos integrantes da subcomissão, a criação das figuras dos "conciliadores" e "árbitros", escolhidos diretamente pela população, nos bairros e nas regiões rurais. Segundo o deputado Plínio de Arruda Sampaio, essa proposta é uma forma de tornar a Justiça "mais próxima do povo".

Ordem Econômica

Parecer fixa limite para propriedade rural

Os temas mais polêmicos na proposta apresentada ontem pelo relator da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), 65, são os seguintes: a fixação do limite máximo da propriedade rural (cem módulos regionais de exploração agrícola), a fixação do tamanho de imóvel para estrangeiros (nunca superior a três módulos rurais) e a posse automática da União nas áreas decretadas de interesse para a execução do plano de reforma agrária.

Outra questão polêmica foi levantada pela emenda do senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), 47, propondo a recuperação judicial da

concessão das terras públicas superiores a dez mil hectares.

Princípios Gerais

O relatório do deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA), 63, que será apresentado hoje à Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, não é, segundo ele, "estatizante nem liberalizante, é democrático".

Esta subcomissão é a responsável por traçar o perfil da economia brasileira na futura Constituição, e segundo Virgildásio Senna, seu relatório consagra um regime capitalista, "que respeita o lucro". O relator

acrescenta, entretanto, que esse regime deve ser "aberto para todas as formas de agentes de produção, estatal, privado, cooperativo e outros".

Questão Urbana

O relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, deputado José Ulisses (PMDB-MG), 48, pretendia até as 24h de ontem encerrar a redação de seu relatório, que será apresentado hoje aos membros da subcomissão. A maior novidade no seu trabalho será a criação da figura dos "bens de família"—por ela, a moradia, considerada "bem de família", não poderá ser penhorada em qualquer hipótese.

Família, Educação e Cultura

Calmon pede verba maior para educação

O relatório a ser apresentado hoje à Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes pelo senador João Calmon (PMDB-ES), 70, relator da subcomissão, propõe que o percentual do orçamento da União que é destinado à educação seja elevado dos atuais 13% para 18%. Outros pontos do relatório: verbas do governo não só para as escolas públicas mas também para escolas particulares consideradas de utilidade pública; mais poder às empresas sobre a destinação das quotas do salário-educação; e a introdução da educação sexual nos currículos escolares.

Ciência

A relatora da Subcomissão da

Ciência, Tecnologia e Comunicação, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), 52, incluiu, no relatório que apresentará amanhã, a polêmica tese da definição do mercado como "patrimônio da nação". Se a tese tiver êxito, a reserva de mercado, que atualmente só existe no campo da informática, poderá ser estendida para outras áreas. A proposta de Cristina Tavares também altera os critérios para concessão de canais de TV, que passa a ser submetida ao Congresso Nacional.

Família

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), 43, relator da Subcomissão da

Família, do Menor e do Idoso, apresentará hoje seu relatório, no qual sugere que, da mesma forma que atualmente os pais têm obrigações para com os filhos, os filhos passem a ter responsabilidades com os pais idosos. O deputado sugere também que os filhos nascidos dentro ou fora do casamento passem a ter direitos iguais, acabando com a figura do filho ilegítimo. O deputado propõe ainda que os aposentados passem a receber do Estado uma aposentadoria no mesmo valor dos salários que ganhavam enquanto trabalhavam, e que a nova Constituição incorpore a Declaração Universal dos Direitos da Criança, das Nações Unidas.

Projeto propõe criação de 6 novos Estados

O tema mais polêmico na proposta apresentada ontem pelo relator da Subcomissão dos Estados, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), 58, é a criação de seis novos Estados: Tocantins (norte de Goiás) Maranhão do Sul, Triângulo (abrangendo Uberaba, Uberlândia e Araguari, em Minas), Santa Cruz (no sul da Bahia), Tapajós (no Pará) e Juruá (no Amazonas).

União

Na Subcomissão da União e Territórios, a maior inovação do relatório apresentado ontem pelo deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), 42, é a proposta de realização de eleições diretas para governador do Distrito

Federal. De acordo com o projeto, o novo governador será eleito em 15 de novembro de 1988, mas terá mandato coincidente com o dos atuais parlamentares, ou seja, com término em 1º de fevereiro de 1990. Essa proposta tem o apoio de todos os membros da subcomissão. O relator também propôs a criação da Assembleia Legislativa do Distrito Federal, a transformação dos Territórios de Roraima e Amapá em Estados e a anexação do Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

Municípios

O relatório a ser apresentado hoje pelo deputado Aloysio Chaves

(PFL-PA), 66, da Subcomissão dos Municípios, estabelecerá a competência dos municípios para fixar taxas remuneratórias de despesas com atividades específicas. Entre elas, ele inclui o exercício do poder de polícia e a prestação de serviços públicos, como a construção e manutenção de estradas vicinais. Além de definir a competência dos municípios para a prestação de serviços, o relator propõe que os Estados indiquem a metade dos integrantes dos conselhos deliberativos de órgãos regionais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sude- ne).

Organização Eleitoral

Relator quer eleição após a promulgação

No relatório a ser apresentado hoje à Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos, o deputado Francisco Rossi (PTB-SP), 46, relator da subcomissão, propõe a realização de eleições para presidente e vice-presidente da República, senadores e deputados federais, noventa dias após a promulgação da nova Carta (o mesmo tema é tratado também por outra subcomissão, a do Poder Executivo). O relatório introduz ainda pelo menos três propostas inovadoras: o sistema eleitoral misto, em que metade dos deputados seria eleita por voto distrital e a outra metade pelo proporcional; o voto facultativo e o direito de voto aos 16 anos.

Defesa do Estado

Na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, o relator, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), 47, lançou ontem sua proposta sobre o tema do papel constitucional das Forças Armadas, ao defender que elas atuem, além da defesa das fronteiras, na manutenção "da lei e da ordem" no plano interno. O relatório de Fiúza mantém o estado de sítio e o Conselho de Segurança Nacional. Segundo a proposta, o serviço militar continuará sendo obrigatório e as polícias militares permanecerão subordinadas ao Exército.

Garantias da Constituição

O relator da Subcomissão de Garantias da Constituição, Reformas e Emendas, deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), 39, propõe, em seu relatório divulgado ontem, a criação do Tribunal Constitucional, encarregado de adaptar as demais leis à nova Constituição. Propõe ainda que seja impedido de ocupar cargo ou exercer função pública qualquer cidadão, civil ou militar, que atentar, por meios violentos, contra a Constituição. O Congresso Nacional, ainda segundo o relatório, poderá decretar o confisco de bens de quem tenha enriquecido ilícitamente, às custas dos cofres públicos.

Ordem Social

Reivindicações de sindicatos são incluídas

O documento apresentado ontem pelo deputado Mário Lima (PMDB-BA), 52, na condição de relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, inclui um grande número de propostas polêmicas. O relatório propõe, entre outros pontos, o direito irrestrito de greve, estabilidade no emprego, reajuste automático mensal de salários, participação nos lucros das empresas e direito de sindicalização e de greve para os servidores públicos. A maioria das propostas incluídas no documento consta de uma lista de reivindicações encaminhada à subcomissão pelas três centrais sindicais —CUT, CGT e USI—, através do

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Saúde

Na Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, o relatório apresentado pelo deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), 42, afirma, que a saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão. A proposta coloca que a dotação orçamentária mínima para o setor deve ser de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (hoje é de 4%), e pede a adoção de um sistema único e descentralizado de saúde; proibição de qualquer tipo de propaganda de medicamentos, cigarros e bebidas alcoólicas. Na parte de seguridade, o relatório prevê que os

benefícios serão para todos, inclusive para os que não contribuem para a Previdência Social. Em relação ao meio ambiente, a proposta diz que é crime poluir e devastar.

Minorias

No relatório da Subcomissão dos Negros, Índios e Minorias, a ser apresentado hoje pelo deputado Ivó Lech (PMDB-RS), 38, fica estabelecido que todos são iguais e que qualquer discriminação, inclusive sexual, é considerada criminosa. Os índios têm proteção especial para seus bens materiais e culturais e direito à demarcação de suas terras no prazo máximo de seis anos depois de promulgada a Constituição.

Sistema Tributário

Relator faz restrições a bancos estrangeiros

do governo sejam obrigatoriamente depositados em bancos estatais.

Orçamento

O relator da Subcomissão do Orçamento, deputado José Luiz Maia (PDS-PI), 48, propõe, no relatório a ser divulgado hoje, que o Nordeste tenha a maior parcela do orçamento da União (31,97%) e que o Sudeste, responsável por receber apenas 25,64%.

Tributos

O parecer a ser entregue hoje pelo deputado Fernando Coelho (PMDB-PE), 29, relator da Subcomissão de Tributos, propõe que as isenções fiscais não superem quatro anos.

Chalés Hotel
Fazenda
VALE DO SOL
SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
LUA DE MEL - FINS
DE SEMANA - FÉRIAS